

Uma Análise dos Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: Um Estudo de Empresas de Capital Aberto no Setor de Bebidas, Alimentos e Comércio

Thiago de Abreu Costa

Rio de Janeiro – RJ

Mestre em Ciências Contábeis pela UERJ¹

thiago.abreu.adm@gmail.com

Sidmar Roberto Vieira Almeida

Rio de Janeiro – RJ

Mestre em Ciências Contábeis pela UERJ¹

sid.adm@ig.com.br

Adolfo Henrique Coutinho e Silva

Rio de Janeiro – RJ

Doutor em Controladoria pela FEA/USP²

adolfofcoutinho@uol.com.br

Resumo

O objetivo do presente estudo foi verificar se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre patrimônio líquido (ROE) apurado nos anos de 2008 e 2009, período de transição, sob padrões contábeis distintos (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto pertencentes ao segmento de bebidas, alimentos e comércio. Complementarmente, buscou-se identificar quais mudanças de práticas contábeis foram mais significativas e frequentes no período analisado. A amostra foi composta por 14 empresas de capital aberto listadas na Bovespa. Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizando teste de diferença de médias (t de Student e Wilcoxon) e o ICPI (Índice de Comparabilidade Parcial Inverso). Estudos anteriores, realizados em países da Europa (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha,

Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Noruega, Reino Unido, Suíça) abordando o processo de convergência das normas contábeis locais para o padrão internacional, destacam que os padrões contábeis anteriormente adotados são, geralmente, mais conservadores que o novo padrão com as normas contábeis internacionais. Os resultados da pesquisa demonstram: (a) uma redução de 27,6% no lucro líquido de 2008 (1ª fase do processo de convergência) e um aumento de 1,4% no lucro líquido de 2009 (2ª Fase), ambos estatisticamente significativos (nível de significância de 10%); (b) uma redução de 0,3% no patrimônio líquido de 2008 (1ª Fase), um aumento de 0,6% no patrimônio líquido de 2008 (2ª Fase) e um aumento de 5% no patrimônio líquido de 2009, todos não estatisticamente significativos; e (c) o retorno sobre o patrimônio líquido foi alterado de -132% para 26% na 2ª fase do processo de convergência (e de 3% para 4% na 1ª fase). Este estudo contribui para analisar as mudanças nas práticas contábeis que podem afetar os usuários da informação contábil no processo decisório. Além disso, por se tratar de uma análise setorial, o estudo propicia uma visão mais qualificada das alterações contábeis mais influentes para o setor em questão.

Palavras-chave: Contabilidade Societária; Normas Internacionais de Contabilidade; Harmonização Contábil.

Abstract

The goal of this study was to verify if there are significant differences between the value of the net equity, net profit and return on equity (ROE) established in the years 2008 and 2009, the transitional period, under different accounting standards (IFRS and BRGAAP) of publicly traded companies belonging to the segment of drinks, food and trade. In addition, sought to identify what changes in

¹UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CEP. 20550-013 - Rio de Janeiro - RJ.

²FEA/USP - Faculdade de Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - CEP. 05508-010 - São Paulo – SP.

Artigo recebido em 31/08/2011 e aceito em 26/02/2013.

accounting practices were more significant and frequent in the period under examination. The sample was composed of 14 publicly traded companies listed on Bovespa. In relation to methodology, it is a quantitative and qualitative research, using average difference test (Student's t and Wilcoxon) and the ICPI (inverse partial comparability index). Previous studies in European countries (Germany, Austria, Belgium, Denmark, Spain, Finland, France, Greece, Holland, Italy, Norway, Switzerland, United Kingdom), addressing the process of convergence of accounting standards for local, international standard accounting standards highlight that previously adopted are generally more conservative than the new standard with the international accounting standards. The search results show: (a) a reduction of 27.6% in net income for 2008 (1st stage of the process of convergence) and an increase of 1.4% in net income for 2009 (2nd Phase), both significant statistically (significance level of 10%); (b) a decrease of 0.3% on equity of 2008 (1st Phase), an increase of 0.6% in the equity of 2008 (2nd Phase) and an increase of 5% on equity of 2009, not all statistically significant; and (c) the return on equity was changed from -132% to 26% in the second. stage of the process of convergence (and 3% to 4% in the 1st phase). This study contributes to analyze changes in accounting practices that may affect users of accounting information in the decision-making process. Moreover, a sectorial analysis, the study provides an insight into the most qualified of the most influential accounting changes for the sector in question.

Key words: Corporate Accounting; International Accounting Standards; Accounting Harmonisation

1. Introdução

Como decorrência da globalização e integração econômica, a busca por uma maior transparência e comparabilidade das informações financeiras é essencial. A convergência das normas contábeis, tornando-a uma linguagem única e inteligível, pode reduzir a assimetria informacional, aumentando a transparência e a comparabilidade das informações contábeis.

Neste contexto, em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada no Brasil, a Lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade – International Financial Reporting Standards (IFRS) –, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), órgão responsável pela elaboração dos padrões contábeis internacionais, e permitir que as novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

O objetivo do presente estudo foi verificar se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido,

do lucro líquido e do retorno sobre patrimônio líquido (ROE) apurado nos anos de 2008 e 2009, período de transição, sob padrões contábeis distintos (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto pertencentes ao segmento de bebidas, alimentos e comércio.

Esta pesquisa foi motivada pela grande ênfase que tem sido dada a adequação aos padrões internacionais de contabilidade e tem como objetivo mensurar a relevância dos impactos oriundos da adoção das novas normas nas demonstrações contábeis das empresas do setor de bebidas, alimentício e de comércio, listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2008 e 2010, considerando os quadros de conciliação divulgados referentes aos anos de 2008 e 2009. Ao identificar estes impactos, este trabalho objetiva contribuir com informações qualitativas para uma análise financeira dos *stakeholders*.

Este estudo é relevante, uma vez que mudanças nas práticas contábeis podem afetar medidas contábeis que são utilizadas pelos usuários da informação contábil para municiar seu processo decisório. Além disso, por se tratar de uma análise setorial, propicia uma visão melhor sobre quais alterações contábeis foram mais impactantes no setor em questão.

Além desta Introdução, o presente artigo está estruturado nas seguintes seções, a revisão da literatura apresenta os resultados observados em estudos anteriores sobre a convergência para o IFRS, bem como um breve histórico do processo de convergência no Brasil; em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na coleta e análise dos dados. A seção 4 apresenta as análises qualitativa e quantitativa dos dados, e, por último, a seção 5 apresenta as considerações finais sobre os resultados observados no estudo.

2. Revisão da Literatura

2.1. Estudos Anteriores

CORDAZZO (2007) analisou 178 empresas correspondentes aos segmentos de serviço e industrial listadas na Bolsa de Valores da Itália, as quais implementaram os IFRS até 31 de outubro de 2006. Através de quadros conciliatórios contidos nas demonstrações financeiras, constatou-se que um impacto significativo e positivo no lucro líquido oriundo principalmente da adoção das normas referentes à combinação de negócio e ativos intangíveis. Provisões contábeis e instrumentos financeiros também impactaram significativamente, porém de forma negativa, o lucro líquido das empresas da amostra.

CALLAO *et al.* (2007) apresentou um estudo sobre a implementação do IFRS na Espanha. Para isto, utilizou-se da amostra composta por empresas que compõem o IBEX-35, focando nos efeitos de novos padrões de comparabilidade e relevância nas demonstrações financeiras espanholas. Houve melhoria na relevância das informações financeiras, principalmente, para os operadores no mercado de ações. Acredita-se que embora, não tenha havido nenhum ganho em termos de utilidade dos relatórios financeiros no curto prazo, isso poderá ser conquistado no médio e longo prazo.

IATRIDIS e ROUVOLIS (2009) estudaram o efeito da implantação do IFRS na Grécia. A amostra era composta

por 254 empresas listadas na Bolsa de Valores local. O estudo apresenta, entre outras conclusões, que os resultados financeiros apurados com base no GAAP grego são significativamente diferentes daqueles com base no IFRS, sendo que os resultados gerados sob as normas do IASB mostram um grau de alavancagem elevado, maior valor líquido por ação e maior *market to book value*.

Todavia, a opinião de que o padrão IFRS é complexo, oneroso, com destaque para a falta de conhecimentos e diretrizes para uniformizar a interpretação dessas informações, foram apresentadas nos estudos sobre os seguintes países: Reino Unido (FEARNLEY 2007), Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Reino Unido e Holanda (JERMAKOWICZ 2006).

SODERSTROM (2007) avaliou que entre as décadas de 1970 e 1980, a União Europeia emitiu uma série de diretrizes para harmonizar os demonstrativos contábeis, que representavam um esforço para reduzir a diversidade e facilitar o entendimento das informações no mercado financeiro. A harmonização contábil teve progresso ao longo da década de 1990, com a criação do IAS, unificação da moeda na União Europeia e mudanças políticas. Apesar de não ser obrigatória antes de 2005, na década de 1990 muitas firmas estabelecidas em países europeus começaram a usar o IAS como substituto dos padrões contábeis locais.

CALIXTO (2010) indica que até o final de 2007, mais de 100 países já haviam adotado o IFRS oficialmente. Em 2008, a Securities and Exchange Commission (SEC) também indicou que o IFRS está se tornando operacional na maioria das economias do mundo e o requerimento de reconciliação de relatórios está se tornando irrelevante. O International Organization of Security Commission (IOSCO) também está planejando monitorar o grau de conformidade com o IFRS (Quadro 1).

Segundo CHEN *et al.* (2008), de maneira geral, houve um ganho de qualidade da contabilidade com a adoção do IFRS, após realizar uma pesquisa utilizando modelos de regressão múltipla aplicados em uma amostra de 47.825 empresas no período de 2000 a 2007 em 15 diferentes países.

NIYAMA (2005) credita ao crescente desenvolvimento tecnológico e do comércio internacional, associado a uma maior interdependência das nações, a necessidade das harmonizações

contábeis, o que facilitaria a comunicação e contribuiria para suprimir as diferenças internacionais nos relatórios financeiros.

2.2. Processo de convergência das normas contábeis brasileiras para o padrão internacional

A Lei nº 11.638/07 atualizou e modificou diversos dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) sob a ótica de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Esta Lei foi publicada no último dia útil de 2007 com vigência já no ano de 2008, o que gerou enorme questionamento não somente dos efeitos das novas normas nos relatórios financeiros, mas também em relação à atuação e a capacitação dos profissionais de contabilidade.

Como forma de auxiliar neste processo de mudança, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão criado em 2005 e fruto da união dos esforços e comunhão de objetivos de várias entidades relacionadas à contabilidade no país, e responsável pelo estudo, preparo e emissão de pronunciamentos técnicos de contabilidade no Brasil, editou vários pronunciamentos no sentido de possibilitar a emissão de normas pelas entidades reguladoras e orientar o seu cumprimento.

O processo de convergência ocorreu em duas fases. A figura a seguir apresenta graficamente o processo de convergência.

A primeira fase de implementação das normas internacionais de contabilidade se restringiu a aplicação dos CPCs até então divulgados (1 ao 14) que regulamentaram aspectos da nova lei para o ano de 2008 e facultou a adoção para o ano de 2007, de acordo com o CPC 13¹.

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras das companhias eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas (Lei n. 6.404/76).

A segunda fase ocorreu no ano de 2009. Ao longo de 2009, foram emitidos os demais CPCs, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

A CVM através da deliberação nº 603 parágrafo 3º estabeleceu que:

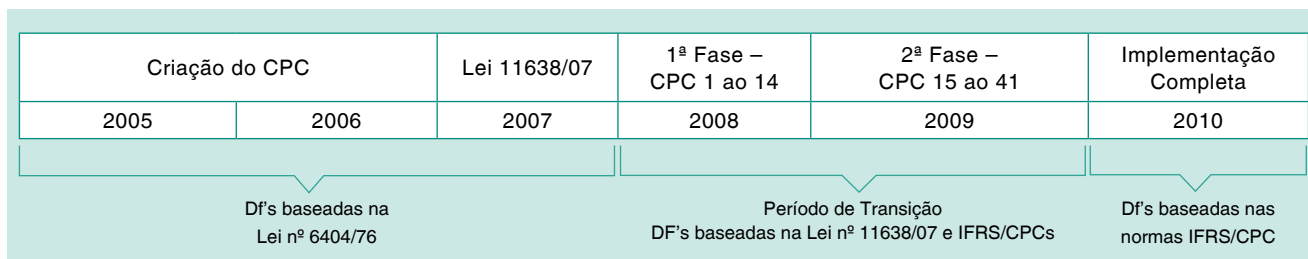
Quadro 1: Temas de pesquisa sobre harmonização contábil internacional

Período Inicial (1956 – 1973)	Período Intermediário (1974 – 1989)	Período de Maturidade (1990 – 2004)
Uniformidade Contábil	Uniformidade Contábil Estrutura Conceitual	Uniformidade Contábil Estrutura Conceitual
Estudos Comparativos	Estudos Comparativos Fatores relacionados com o ambiente	Estudos Comparativos Fatores relacionados com o ambiente Comparação da relevância IAS <i>versus</i> US GAAP
Reflexões sobre o processo de harmonização contábil	Estudo sobre diretrizes contábeis do IASC	Estudo sobre diretrizes contábeis Mensuração da extensão da harmonização Implementação do IAS/IFRS em diferentes países

Fonte: Adaptado de Baker e Barbu (2007, p. 292) *apud* Calixto (2010)

¹ “Embora desobrigadas de representação das cifras comparativas, as entidades podem optar por efetuar a representação” fonte: CPC13.

Figura 1: Esquema gráfico das alterações das normas contábeis no Brasil



Fonte: Elaborada pelos autores

“As companhias abertas podem adotar antecipadamente, nas demonstrações financeiras de 2009, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, aprovados pela CVM, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que sejam aplicados na sua totalidade e estendidos, ainda, às demonstrações financeiras de 2008 apresentadas, para fins comparativos, em conjunto com as demonstrações de 2009”.

Poucas empresas adotaram antecipadamente os padrões contábeis internacionais. As empresas adotaram de forma completa os CPCs apenas nas Demonstrações Financeiras de 2010, efetuando os ajustes de forma retroativa. Os reflexos destes ajustes foram divulgados nas notas explicativas em um quadro de conciliação dos efeitos no patrimônio líquido para os anos de 2008 e 2009, e o do lucro líquido de 2009.

Em 2010, o CPC 37 exigiu que as entidades desenvolvessem políticas contábeis baseadas no padrão e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira, e que essas políticas fossem aplicadas na data de transição e durante os períodos apresentados nas demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS.

As novas práticas contábeis contidas nos pronunciamentos técnicos CPC 15 ao CPC 41 e 43 foram majoritariamente adotadas pelas Companhias no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, aplicados retroativamente a todos os períodos comparativos apresentados, optando pela transição em 01/01/09, data em que foram preparados os balanços patrimoniais de abertura de acordo com as novas práticas contábeis.

3. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, este estudo é caracterizado como empírico de caráter descritivo, que visa observar, analisar e correlacionar fenômenos sem interferir no ambiente analisado (GIL 1994). Adicionalmente, utilizam-se técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos (MARTINS 2000).

3.1. Seleção da Amostra

O estudo buscou estudar o impacto da implementação das Normas Contábeis Internacionais de empresas de capital aberto do setor de bebidas, alimentos e comércio. Esta opção decorre da necessidade de uma análise minuciosa do conteúdo das notas explicativas das demonstrações contábeis de cada uma das empresas, pois não seria possível atingir este nível de detalhe caso o estudo fosse

mais amplo em decorrência da limitação de tempo e de recursos. Dentro do referido setor, foram selecionadas as empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, com registro e sujeitas a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.org.br), uma vez que as mesmas possuem divulgações públicas de suas demonstrações financeiras, disponíveis para consulta por qualquer usuário.

Para elaboração deste estudo foram utilizados elementos da população com pelo menos uma característica em comum (FONSECA e MARTINS, 1996). Neste estudo, a característica concentrou-se em empresas de capital aberto, regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que reapresentaram nas suas demonstrações financeiras padronizadas e os efeitos decorrentes da aplicação dos CPCs no setor de bebida, alimentos e comércio.

O setor analisado é composto por 33 empresas de capital aberto, sendo distribuídas nos seguintes subsetores de acordo com a base de dados da Economatica (9 empresas de gêneros alimentício, 5 empresas classificadas como abatedouro, 5 moinhos de grãos, 8 lojas de roupas e de departamentos, 5 de bens de consumo e 1 de produtos farmacêuticos).

Dessas empresas, foram eliminadas aquelas que não reapresentaram os efeitos da adoção dos CPCs, ou que ainda não haviam sido constituídas até o ano de 2008, ou ainda as que adotaram de forma antecipada os CPCs no período citado. Também foram excluídas da amostra as empresas que tiveram seu registro cancelado na CVM até o ano de 2010, incluindo as que não tinham apresentado as demonstrações financeiras relacionadas a este período findo até a data de corte (30/06/2011), definida para a coleta de dados. Por fim, foram excluídas empresas que não apresentaram em suas demonstrações financeiras as informações necessárias para a realização da pesquisa e que mencionaram não haver diferença nas suas demonstrações após a aplicação dos CPCs. Desta forma, o número total de empresas que compõem a amostra analisada nesse estudo é de 14, conforme demonstrado na tabela a seguir (Tabela 1).

3.2. Coleta de Dados

A coleta de dados consistiu na análise de conteúdo das demonstrações contábeis de 2008 e 2010 sendo a informação das mesmas tabuladas manualmente, uma vez que não existia esse tipo de informação em nenhuma base de dados já existente. Tal procedimento é relevante, pois represen-

Tabela 1: Composição da Amostra

Demonstrações Financeiras em:	2010	2008
Quantidade de empresas total com registro na CVM consideradas inicialmente	33	33
(-) Empresas que não reapresentaram os efeitos dos CPCs	5	5
(-) Empresas constituídas após 2008	1	-
(-) Empresas que adotaram de forma antecipada	1	-
(-) Empresas que tiveram o registro na CVM cancelado até 2010	1	-
(-) Empresas que não divulgaram as demonstrações financeiras até 30/06/2011 data de corte	4	-
(-) Empresas que não apresentavam as informações necessárias para a pesquisa	6	16
(-) Empresas que informaram não ter diferença com a adoção do CPC	1	1
Quantidade de empresas na amostra	14	11

Fonte: Elaborada pelos autores

ta dados criteriosos que receberam atenção no momento de sua extração, evitando inconsistências. Adicionalmente, uma análise crítica dos dados foi feita para evitar qualquer distorção nos dados coletados.

Destaca-se que, de acordo com CRESWELL (2007), a coleta de dados documentais apresenta a vantagem de poder ser acessada em um momento conveniente para o pesquisador, sendo uma fonte de informações pertinente.

3.3. Análise dos Dados

As informações coletadas foram codificadas, tabuladas e analisadas com apoio dos *softwares* Microsoft Excel e SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

Foi utilizada a análise estatística dos dados, através de testes paramétricos e não paramétricos de diferença de médias. Os testes aplicados nessa pesquisa foram o teste t para dados com distribuição normal (paramétricos) e o teste z (Wilcoxon) para dados sem distribuição normal (não paramétricos). Esses testes também foram utilizados em estudos similares (CALLAO, JARNE e LAÍNEZ, 2007; CORDAZZO, 2007; PENG *et al.*, 2008; SANTOS, 2010). Para verificar se os dados possuem uma distribuição normal, foram utilizados os testes Shapiro-Wilk e Kolmogorov-Smirnov.

A aplicação desses testes tem como objetivo verificar se existe diferença significativa entre os valores contábeis (Lucro Líquido e Patrimônio Líquido) divulgados sob o padrão contábil anterior (BRGAAP) e sob o novo padrão contábil (CPC/IFRS).

Para eliminarmos o efeito do porte das empresas, e mensurarmos a relevância do efeito do impacto do ajuste, foi adotado o conceito financeiro de retorno sobre investimento (ROE), também conhecido como taxa de retorno. O ROE adotado consistiu na divisão do lucro líquido pelo total do patrimônio líquido do mesmo exercício.

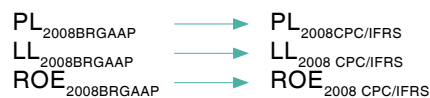
As seguintes hipóteses foram testadas utilizando o teste de média:

H0 – Não existem diferenças significativas entre o Lucro Líquido (ou Patrimônio Líquido ou ROE) contábil apurado sob o padrão contábil BRGAAP_{ano i} e sob o padrão contábil CPC/IFRS_{ano i}*

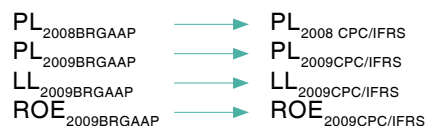
H1 – Existem diferenças significativas entre o Lucro Líquido (ou Patrimônio Líquido ou ROE) contábil apurado sob o padrão contábil BRGAAP_{ano i} e sob o padrão contábil CPC/IFRS_{ano i}*

Os pares de medidas contábeis que serão testadas são:

(A) Considera as demonstrações financeiras do exercício de 2008:



(B) Considera as demonstrações financeiras do exercício de 2010:



O patrimônio líquido do ano de 2008 será testado duas vezes. No primeiro caso (A), englobará as demonstrações sob efeitos dos pronunciamentos emitidos e aplicados na primeira fase de transição (CPC 1 ao 14), buscando mensurar isoladamente a relevância dos impactos na primeira fase de adoção. No segundo caso (B), as demonstrações financeiras já foram impactadas por todos os CPSs, o chamado *Full-IFRS*.

Além disso, para tornar a análise dos resultados mais completa, foi calculado o Índice de Comparabilidade Parcial Inverso (ICPI). A forma de interpretação é simples, pois caso o resultado seja maior que 1 isso indica um aumento em relação ao BRGAAP. (SANTOS, 2010). Esse cálculo também foi utilizado por CORDAZZO (2007) e SANTOS (2010). A fórmula utilizada está demonstrada a seguir:

$$ICPI = 1 - \left[\frac{PL_{BRGAAPano} - PL_{CPC/IFRSano}}{|PL_{BRGAAPano}|} \right]$$

Onde: ICPI: Índice de Comparabilidade Parcial Inverso; $PL_{BRGAAPano}$: Valor do Patrimônio Líquido (ou Lucro Líquido) apurado sob BRGAAP em determinado ano; e $PL_{CPC/IFRSano}$: Valor do Patrimônio Líquido (ou Lucro Líquido) apurado sob o CPC/IFRS em determinado ano.

4. Resultados

4.1. Análise Quantitativa dos Dados

A tabela a seguir apresenta a estatística descritiva das variáveis analisadas (Tabela 2).

Como pode ser observado na tabela 2, verifica-se uma redução de 27,6% no lucro líquido de 2008 divulgado na primeira fase (DFs 2008) de convergência para as normas internacionais e um aumento de 5% no patrimônio líquido de 2009 divulgado na segunda fase (DFs 2010) do processo de convergência. Destaca-se ainda uma alteração significativa no retorno sobre patrimônio líquido do exercício de 2009 (-132% antes para 26% depois dos ajustes da

Tabela 2: Estatística descritiva da amostra (a)

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Painel 1 – Demonstrações Contábeis de 2010 (n=14):					
PL 2008 BRGAAP	4.438.282	440.905	10.873.393	-36.792	41.465.266
PL 2008 CPC/IFRS	4.463.009	496.651	10.887.895	1.067	41.465.266
Variação PL médio	24.727				
%	0.6%				
PL 2009 BRGAAP	3.175.352	479.119	5.380.948	-113.472	16.728.086
PL 2009 CPC/IFRS	3.333.254	534.294	5.833.319	-13.697	19.150.521
Variação LL médio	157.902				
%	5%				
LL 2009 BRGAAP	127.863	47.609	273.683	-315.564	679.079
LL 2009 CPC/IFRS	129.597	62.015	252.150	-319.130	606.039
Variação LL médio	1.734				
%	1.4%				
ROE 2009 BRGAAP	-132%	7%	515%	-1.843%	46%
ROE 2009 CPC/IFRS	26%	9%	121%	-172%	382%
Painel 2 – Demonstrações Financeiras de 2008 (n=11):					
PL 2008 BRGAAP	2.977.800	711.493	5.154.373	7.068	17.333.893
PL 2008 CPC/IFRS	2.967.919	711.493	5.147.014	13.109	17.278.138
Variação PL médio	-9,881				
%	-0.3%				
LL 2008 BRGAAP	404.822	54.372	1.028.355	-191.863	3.407.875
LL 2008 CPC/IFRS	293.125	25.939	922.400	-216.750	3.059.478
Variação LL médio	-111.697				
%	-27,6%				
ROE 2008 BRGAAP	3%	4%	28%	-59%	36%
ROE 2008 CPC/IFRS	4%	2%	28%	-72%	30%

Nota: (a) Valores financeiros em milhares de reais

Fonte: Elaborada pelos autores

conversão). Tal efeito decorre basicamente dos efeitos da transição observados em uma das empresas da amostra, conforme será comentado mais adiante na análise qualitativa. Notadamente nos demais itens analisados as variações não foram expressivas.

A tabela a seguir apresenta resumidamente os resultados do teste estatístico não paramétrico (Wilcoxon) de diferenças de médias. O referido teste foi utilizado uma vez que os dados analisados não apresentaram uma distribuição normal, conforme indicado nos testes de aderência Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

O resultado do teste estatístico (Tabela 3) comparando o patrimônio líquido no ano de 2008 (DFs 2008), calculado sob dois padrões contábeis distintos (Lei nº 6.404 e Lei nº 11.638/CPC/IFRS), demonstra que não há diferenças estatisticamente significativas (aceita-se H0) entre o patrimônio líquido apurado sob padrões contábeis distintos no ano de 2008. Esse resultado é o mesmo para o patrimônio líquido apurado nos anos de 2008 e 2009, divulgado nas demonstrações contábeis de 2010.

Já o resultado do teste estatístico comparando o lucro líquido nos anos de 2009 e 2008, calculados sob dois padrões

contábeis distintos (Lei nº 6404 e Lei nº 11.638/CPC/IFRS), demonstra que há diferenças significativas entre o lucro líquido apurado sob padrões contábeis distintos (rejeita-se H0, ao nível de significância de 10%). Notadamente, como comentado anteriormente, o Lucro Líquido médio de 2008 da amostra analisada apresentou uma redução de -27,6%, enquanto no exercício de 2009 o efeito foi positivo em 1,4%.

Em relação ao retorno sobre patrimônio líquido, em ambos os casos (2008 e 2009) não foi observada uma diferença estatisticamente significativa nas métricas apuradas sob padrões contábeis distintos.

A tabela a seguir (Tabela 4) demonstra o Índice de Comparabilidade Parcial Inverso (ICPI) para o setor analisado.

Observando os valores apurados pelo ICPI (Tabela 4) observa-se que a maioria das empresas apresentou ajustes que aumentaram as métricas observadas (patrimônio líquido e lucro líquido).

Ao utilizar o índice de comparabilidade parcial inverso, foi observado um valor bastante discrepante dos demais. Esse valor refere-se ao ajuste do patrimônio líquido do ano

de 2009 de uma empresa, que foi aumentado em dez vezes em relação ao apurado em normas contábeis brasileiras. Esta performance foi oriunda basicamente do reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos (CPC 29) na rubrica de prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido.

Em resumo, era esperado (diferentemente do observado) que a magnitude do impacto do processo de convergência nas demonstrações contábeis de 2008 (1ª fase) fosse menor do que nas demonstrações financeiras de 2010 (2ª fase), uma vez que o primeiro caso contemplava apenas os CPCs do 1 ao 14 e no segundo caso, tivemos a adoção *Full-IFRS*.

Adicionalmente, como pôde ser observado na Tabela 2, os valores apurados para as métricas contábeis (patrimônio lí-

quido e lucro líquido) e para o indicador contábil (ROE) foram (exceto para o lucro líquido de 2008) maiores quando utilizado um novo padrão contábil, aparentemente menos conservador. Tal resultado está consistente com aquele apurado em estudos anteriores realizados no Brasil e no exterior.

Por outro lado, os resultados observados permitem verificar que o impacto médio do processo de convergência contábil, em ambas as fases, foram inferiores (e, em geral, não estatisticamente significativos) no setor de bebidas, alimentos e comércio (empresas de capital aberto) aqueles observados em estudos anteriores. Tal evidência demonstra que os impactos da adoção dos novos pronunciamentos podem não impactar de forma similar todos os setores da economia.

Tabela 3: Resultados dos testes de diferenças de médias (Wilcoxon) para as métricas contábeis (Lucro Líquido e Patrimônio Líquido) e indicador contábil (ROE)

Variável Analisada	Estatística Z	Significância
Painel 1 – Demonstrações Financeiras arquivadas em 2010		
Patrimônio Líquido depois (2008) X Patrimônio Líquido antes (2008)	-0,078	0,937
Patrimônio Líquido depois (2009) X Patrimônio Líquido antes (2009)	-0,664	0,507
Lucro Líquido depois (2009) X Lucro Líquido antes (2009)	-1,922	0,055
ROE depois (2009) x ROE antes (2009)	-1,602	0,109
Painel 2 – Demonstrações Financeiras arquivadas em 2008		
Patrimônio Líquido depois (2008) X Patrimônio Líquido antes (2008)	-0,968	0,333
Lucro Líquido depois (2008) X Lucro Líquido antes (2008)	-1,956	0,055
ROE depois (2008) x ROE antes (2008)	-0,800	0,424

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 4: Cálculo do ICPI

Métricas	Medidas	Valor	Frequência	N	%
Painel 1 – Demonstrações contábeis de 2010:					
PL2008	Ocorrências	14	PL aumentou – ICPI > 1	7	50%
	Média	1,22	PL permaneceu igual – ICPI =1	0	0%
	Desvio Padrão	0,65	PL diminuiu – ICPI <1	7	50%
PL2009	Ocorrências	14	PL aumentou – ICPI > 1	9	64%
	Média	1,85	PL permaneceu igual – ICPI =1	0	0%
	Desvio Padrão	2,58	PL diminuiu – ICPI <1	5	36%
LL2009	Ocorrências	13	PL aumentou – ICPI > 1	11	85%
	Média	1,36	PL permaneceu igual – ICPI =1	0	0%
	Desvio Padrão	0,63	PL diminuiu – ICPI <1	2	15%
Painel 2- Demonstrações contábeis de 2008:					
PL2008	Ocorrências	11	PL aumentou – ICPI > 1	3	27%
	Média	1,04	PL permaneceu igual – ICPI =1	1	9%
	Desvio Padrão	0,28	PL diminuiu – ICPI <1	7	64%
LL2008	Ocorrências	11	PL aumentou – ICPI > 1	3	27%
	Média	0,28*	PL permaneceu igual – ICPI =1	0	0%
	Desvio Padrão	2,52*	PL diminuiu – ICPI <1	8	73%

Nota: *A média e o desvio padrão estão distorcidos devido a presença de um *outlier*. A exclusão do *outlier* faz com que a média seja de 1,01 e o desvio padrão de 0,687

Fonte: Elaborada pelos autores

4.2. Análise Qualitativa dos Dados

Na análise qualitativa das demonstrações financeiras arquivadas pelas empresas que compõem esta amostra, nas demonstrações financeiras de 2010, 100% delas apresentaram em notas explicativas conciliação dos efeitos da mudança sobre o Patrimônio Líquido e sobre o Lucro Líquido. Adicionalmente, 30% das empresas analisadas evidenciaram os efeitos do processo de convergência em cada uma das rubricas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício.

A tabela a seguir (Tabela 5) apresenta o detalhamento dos efeitos do processo de convergência nas demonstrações contábeis de 2010 (2ª Fase) para cada nova norma emitida, bem como, a frequência de sua adoção.

Como pode ser observado na tabela 5, as novas normas contábeis que mais impactaram o patrimônio líquido e lucro líquido dos anos de 2008 e 2009, republicados nas demonstrações contábeis de 2010, no setor analisado foram:

1. Impactos positivos: (a) CPC 27 – Ativo Imobilizado, (b) CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e CPC 15 – Combinação de negócios; e

2. Impactos negativos: (a) CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A seguir demonstra-se três exemplos de divulgação dos efeitos das mudanças de práticas contábeis para o item imobilizado:

Empresa 1:

“O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas”.

Empresa 2:

“A Companhia revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativo imobilizado, tendo como base laudos

Tabela 5: Análise dos efeitos dos ajustes por CPC

CPC	2008			2009			2009		
	Efeito PL (a)	Fr (b)	% (c)	Efeito PL (a)	Fr (b)	% (c)	Efeito PL (a)	Fr (b)	% (c)
1	-	-	-	-	-	-	(-4.557)	1	7%
2	-	-	-	(-9.671)	1	7%	-	-	-
12	145.648	2	18%	141.547	3	21%	(-1.617)	3	21%
13	(-485.814)	8	73%	(-419.244)	5	36%	136.084	7	50%
15	297.589	4	36%	536.273	5	36%	59.470	3	21%
16	(-114.993)	3	27%	(-189.297)	3	21%	(-15.636)	3	21%
20	14.893	1	9%	52.856	3	21%	38.405	4	29%
25	(-140.274)	1	9%	(-220.148)	1	7%	(-11.411)	1	7%
26	20.866	2	18%	1.666.356	2	14%	(-6.252)	1	7%
27	1.125.147	2	18%	1.114.779	3	21%	3.572	2	14%
28	15.652	1	9%	16.183	1	7%	-	-	-
29	16.880	2	18%	20.007	3	21%	3.109	3	21%
30	(-56.211)	2	18%	(-5.056)	2	14%	78.514	4	29%
31	(-1.597)	1	9%	(-3.476)	1	7%	(-1.879)	1	7%
32	(-245.834)	10	91%	(-242.559)	6	43%	-	-	-
33	(-84.225)	1	9%	(-112.243)	1	7%	21.027	1	7%
37	(-144.787)	7	64%	(-173.142)	8	57%	(-162.283)	5	36%
38	(-62.142)	3	27%	(-32.909)	3	21%	29.232	3	21%
ICPC 3	674	1	9%	1.047	1	7%	373	1	7%
Outros	55.791	3	27%	69.334	7	50%	5.687	4	29%
Total	357.263			2.210.637			129.784		

Nota: Valores financeiros em milhares de reais. A tabela acima demonstra (a) impacto acumulado por CPC no patrimônio líquido ou lucro líquido de 2008 e 2009, (b) a frequência corresponde ao número de empresas que foram impactadas por cada CPC; (c) o percentual representa a frequência dividida pela quantidade de empresa analisadas, sendo 14 em 2009 e 11 em 2008. A descrição de cada CPC pode ser obtida em www.cpc.org.br.

Fonte: Elaborada pelos autores

de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas demonstradas na tabela abaixo.”

Tipo de Imobilizado	Antiga taxa de depreciação	Nova taxa de depreciação (média ponderada)
Instalações, móveis e utensílios	10% a 20%	4,50%
Bens destinados a aluguel	9 meses	9 meses
Máquinas e equipamentos de informática	10% a 20%	6,70%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Prazo dos contratos	Prazo dos contratos
Veículos	20%	20%

Fonte: Notas Explicativas da Demonstração Contábil do exercício de 2010

Empresa 3:

“Como parte do processo de revisão periódica da vida útil dos itens do imobilizado, a Companhia contratou uma firma especializada para elaborar um relatório de avaliação da vida útil. A Companhia aplicou as novas vidas úteis prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010, já que as novas vidas representam uma mudança de estimativa”. Abaixo segue a tabela divulgada.

	Taxa de depreciação anual em %	Taxa de depreciação anual em %
Categoria de ativos	31/12/2009	A partir de 01/01/2010
Edifícios	4%	2,5%
Benfeitorias	20%	4,17%
Equipamentos de processamento de dados	20%	10,0% a 50,0%
Instalações	10%	4,17% a 10,0%
Móveis e utensílios	10%	8,33% a 33,33%
Veículos	20%	20,00%
Máquinas e equipamentos	10%	2,78% a 50,00%
Decoração	10%	20,00%

Fonte: Notas Explicativas da Demonstração Contábil do exercício de 2010

Por fim, dentre as empresas que foram eliminadas da análise no estudo, merece menção que uma empresa optou pela adoção antecipada das IFRSs na elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas, conforme previsto na Instrução CVM 457, a fim de garantir a convergência com o padrão já utilizado por sua controladora, objetivando ganhar sinergia na preparação dos relatórios financeiros para atendimento a CVM e a Securities Exchange Commission (SEC). Outra empresa ado-

tou todas as normas, orientações e interpretações, emitidas pelo CPC e órgãos reguladores, todavia, as referidas normas não impactaram nos valores já apresentados da Companhia.

O parecer e as declarações dos auditores independentes de 1 das 5 empresas da amostra que não reapresentaram suas demonstrações refletindo os efeitos do CPCs continha parágrafo de ênfase salientando este fato.

5. Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi analisar se existiam diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre patrimônio líquido (ROE) apurado sob padrões contábeis distintos (IFRS e BR-GAAP) das empresas de capital aberto pertencentes ao segmento de bebidas, alimentos e comércio. Complementarmente, buscou-se identificar quais mudanças (CPCs) foram mais significativas (e frequentes) para essa diferença entre os valores contábeis.

Os testes estatísticos utilizados, juntamente com o índice de comparabilidade inverso, confirmaram, assim como CORDAZZO (2007) e CALLAO, JARNE e LAÍNEZ, (2007), que existem diferenças significativas no valor do patrimônio líquido apurado sob normas distintas (CPC/IFRS e BRGAAP) tanto no ano de 2008 como no ano de 2009.

Em relação ao lucro líquido apurado em 2009, os testes estatísticos indicaram que não existiram diferenças significativas entre lucro apurado sob normas internacionais e o apurado em normas brasileiras tradicionais, havendo bastante equilíbrio entre as empresas que apresentaram lucros maiores e empresas que apresentaram lucros menores.

Os resultados da análise quantitativa dos dados demonstram:

- Uma redução de 27,6% no lucro líquido de 2008 (1ª fase do processo de convergência) e um aumento de 1,4% no lucro líquido de 2009 (2ª Fase), ambos estatisticamente significativos (nível de significância de 10%);
- Uma redução de 0,3% no patrimônio líquido de 2008 (1ª Fase), um aumento de 0,6% no patrimônio líquido de 2008 (2ª Fase) e um aumento de 5% no patrimônio líquido de 2009, todos não estatisticamente significativos; e
- O retorno sobre o patrimônio líquido foi alterado de -132% para 26% na 2ª fase do processo de convergência (e de 3% para 4% na 1ª fase).

Em resumo, era esperado (diferentemente do observado) que a magnitude do impacto do processo de convergência nas demonstrações contábeis de 2008 (1ª fase) fosse menor do que nas demonstrações financeiras de 2010 (2ª fase), uma vez que o primeiro caso contemplava apenas os CPCs do 1 ao 14 e no segundo caso, tivemos a adoção *Full-IFRS*.

Adicionalmente, os valores apurados para as métricas contábeis (patrimônio líquido e lucro líquido) e para o indicador contábil (ROE) foram (exceto para o lucro líquido de 2008) maiores quando utilizado um novo padrão contábil, aparentemente menos conservador. Tal resultado está consistente com aquele apurado em estudos anteriores realizados no Brasil e no exterior. Por outro lado, os resultados observados permitem verificar que os impactos médios do processo de convergência contábil, em ambas as fases, foram inferiores (e, em geral, não estatisticamente significativos) no se-

tor de bebidas, alimentos e comércio (empresas de capital aberto) observados em estudos anteriores. Tal evidência demonstra que os impactos da adoção dos novos pronunciamentos podem não impactar de forma similar em todos os setores da economia.

As novas normas contábeis que mais impactaram o patrimônio líquido e lucro líquido dos anos de 2008 e 2009, republicados nas demonstrações contábeis de 2010, no setor analisado foram: (a) impactos positivos: CPC 27, CPC 26 e CPC 15; e (b) impactos negativos: CPC 13, CPC 32 e CPC 25.

Destaca-se também, o aumento em dez vezes do valor do patrimônio líquido de determinada empresa quando compa-

rado ao valor apurado anteriormente nas normas contábeis brasileiras. Esta performance foi influenciada pelo reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos na rubrica de prejuízos acumulados dentro do Patrimônio Líquido.

Considera-se como limitação da pesquisa o fato de que ao identificar e tabular os dados referentes aos CPCs que impactaram o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas, em diversos casos, o julgamento do pesquisador foi necessário no momento de classificar os ajustes, visto que muitas empresas não especificaram qual pronunciamento contábil era responsável por cada ajuste.

Referências

- AISBITT, S. Implementation of supra-national policies: lessons from the Nordic countries' experiences of European directives. *Accounting History*, v. 13, n. 1, p. 75-99, 2008.
- ARAÚJO, Marcelo Bicalho Vitorino; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco; SALOTTI, Bruno Meirelles. Reapresentação Voluntária de Demonstrações Contábeis de 2007 no Brasil de acordo com a Lei 11.638/07. XXXIV Encontro ANPAD 2010.
- BAKER, C. R.; BARDU, E.M. Trends in research on international accounting harmonization. *The International Journal of Accounting*, v. 42, p. 272-304, 2007.
- BEATTIE, V.; FEARNLEY, S.; HINES, T. An analysis of financial statement issues reported as discussed and negotiated by key preparer-side groups in UK listed companies in the first and second years of IFRS implementation. University of Portsmouth, UK, 2008.
- BRADSHAW, Mark T.; MILLER, Gregory S. Will harmonizing accounting standards really harmonize accounting? evidence from non - U. S. Firms Adopting US GAAP. In: JOURNAL OF ACCOUNTING, AUDITING AND FINANCE & KPMG FOUNDATION CONFERENCE ON TRANSPARENCY OF CORPORATE INFORMATION, 2007, New York.
- CALIXTO, Laura. Análise das pesquisas com Foco nos impactos da Adoção do IFRS em países europeus. *Revista Contabilidade Vista & Revista* v.21, n.1, p.157-187, jan./mar. 2010.
- CALLAO, S.; JARNE, J.I.; LAÍNEZ, J.A. Adoption of IFRS in Spain: effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, n. 16, p. 148-178, 2007.
- CORDAZZO, Michaela. The impact of IAS/IFRS on accounting practices: Evidence from Italian listed companies. 2007 Disponível em: <http://www.hec.unil.ch/urccf/seminar/Michela%20Cordazzo%20-%20Dec07.pdf>
- CHEN, H. et al. Mandatory IFRS adoption and accounting quality: evidence from Europe Union. 2008. Disponível em: http://www.afaanz.org/openconf/2009/modules/request.php?module=oc_program&action=view.php&id=104
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamentos Técnicos CPC. Brasília, 2010.
- CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa – Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Bookman, 2ª edição, 2007.
- COLLINS, JILL ; HUSSEY, ROGER. Pesquisa em Administração. Bookman, 2005.
- FEARNLEY, S.; HINES, T. How IFRS has destabilized financial reporting for UK non-listed entities. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, v. 15, n. 4, p. 394-408, 2007.
- FONSECA, Jairo Simon da, MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6ª edição – São Paulo: Atlas, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- JERMAKOWICZ, E.K.; TOMASZEWSKI, S.G. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, n. 15, p. 170-196, 2006.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade internacional. São Paulo: Atlas, 2005.
- SANTOS, Edilene Santana. Análise dos Impactos dos CPCs da Primeira Fase de Transição para o IFRS nas Empresas Abertas: um Exame Censitário dos Ajustes ao Resultado nas DFPs de 2008. Enanpad 2010.
- PENG, Songlan et al. Does Convergence of Accounting Standards Lead to the Convergence of Accounting Practices? A Study from China. *The International Journal of Accounting*, n. 43. Estados Unidos, p. 448-468, 2008.
- SILVA, C. B. A. da; MADEIRA, G. J.; ASSIS, J. L. F. de. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, a. 1, v. 1, n. 1, p. 115-139, jan./jun. 2004.
- SODERSTROM, N. S.; SUN, K.J. IFRS Adoption and accounting quality: a review. *European Accounting Review*, v.16, n. 4, p. 675-702, 2007.